

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 809, 22 de abril de 2016.

LEONARDO ROSCOE BESSA

Procurador-Geral de Justiça

SELMA SAUERBRONN

Vice-Procurador-Geral de Justiça

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA

Corregedora-Geral de Justiça

JOSÉ THEODORO CORREA DE CARVALHO

Chefe de Gabinete do MPDFT

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Diretor-Geral do MPDFT





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Câmaras de Coordenação Criminais Reunidas

RECOMENDAÇÃO Nº 57

As Câmaras de Coordenação e Revisão Reunidas em Matéria Criminal, por unanimidade, com esteio no art. 12, inciso I, da Resolução nº 203/15, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e no art. 171, da Lei Complementar nº 75/93, pelo provimento à presente consulta e pela expedição de Recomendação nos seguintes termos:

Considerando o que consta do PA nº 08190.060238/16-47;

Considerando o que consta dos PAs nº 08190.224820/14-68 e nº 08190.224828/14-70:

Considerando que o art. 144 da Constituição Federal determina ao Estado o dever de prestar segurança pública;

Considerando a decisão exarada no Pedido de Providências nº 0.00.000.001461/2013-22 pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o fato de já terem sido firmados Termos de Cooperação Técnica entre a Polícia Rodoviária Federal e diversos Ministérios Públicos Estaduais acerca da possibilidade de lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência nas infrações de menor potencial ofensivo, nos moldes do art. 69 da Lei nº 9.099/95 e do art. 1º, VII, da Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Ministério de Estado da Justiça;

Considerando o Enunciado 34 do FONAJE – Fórum Nacional de Juizados Especiais, aprovado em 2002, que estabelece: "Atendidas as peculiaridades locais, o termo circunstanciado poderá ser lavrado pela Polícia Civil ou Militar";

Considerando que o conceito de autoridade policial previsto no art. 69 da Lei nº 9.099/95 deve abranger todo agente público investido na função de policiamento;

Considerando os princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade que regem os procedimentos nos juizados especiais (art. 62 da Lei nº 9099/95):

Considerando a natureza descritiva do Termo Circunstanciado de Ocorrência das infrações penais de menor potencial ofensivo, sem caráter de investigação criminal,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Câmaras de Coordenação Criminais Reunidas

típico de polícia judiciária;

Considerando a escassez de recursos humanos e a demora da lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela Delegacia de Polícia Civil, que retarda a atuação preventiva e/ou repressiva da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar, o que afronta o princípio da eficiência e prejudica a segurança pública (art. 37 e art. 144 da CF);

Considerando a existência de tratativas entre a Polícia Militar do DF, o 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal, no Distrito Federal, e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para a realização de Acordo/Termo de Cooperação Técnica, no sentido de viabilizar a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência por policiais militares e policias rodoviários federais, nos termos do art. 69 da Lei nº 9099/95, decide

RECOMENDAR

Aos Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, respeitada a independência funcional, que recebam os Termos Circunstanciados de Ocorrência lavrados por policiais militares e policiais rodoviários federais, nos termos do art. 69 da Lei nº 9.099/95.

Publique-se na intranet e no Diário Eletrônico do MPDFT

Brasília, 06 de abril de 2016.

Álvaro José Jorge Procurador de Justiça Coordenador da 2ª CCrim José Eduardo Sabo Paes Procurador de Justiça Conselheiro- Relator



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2016

Processo nº 08190.225503/15-21. Objeto: Pregão Eletrônico – Contratação de empresa para remoção de guarda-corpos e corrimãos, fornecimento e instalação de corrimãos em conformidade com a NBR 9050/2015 e a pintura de todas as paredes localizadas nas áreas da reforma, nos acessos do Edifício Sede do MPDFT. Total de itens licitados: 0001. Edital: 22/4/2016 de 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, Brasília/DF. Entrega das Propostas: a partir de 22/4/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 4/5/2016 às 14h site www.comprasnet.gov.br.

Ana Luisa Cardoso Zardim – Pregoeira MPDFT.





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/2016

Processo nº 08191.007079/2016-87. Objeto: Pregão Eletrônico – Registro de Preços, pelo prazo de até 12 meses, para eventual aquisição de baterias. Total de itens licitados: 0002. Edital: 25/4/2016 de 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, Brasília/DF. Entrega das Propostas: a partir de 25/4/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 5/5/2016 às 14h site www.comprasnet.gov.br.

Marli de Sousa Rego – Pregoeira MPDFT.



PORTARIA N° 312, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19 de janeiro de 2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 423/PGJ (RIMPDFT), de 02/03/2016, e na Portaria Normativa/DG nº32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 08191.023030/2016-71;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor GILSON CARVALHO DA SILVA, matrícula nº 1865-1, Chefe da Divisão de Biblioteca e Informação, para exercer o encargo de GESTOR da NOTA DE EMPENHO nº 2016NE000261, e a servidora DULCINEIDE CAMARGO SANTOS, matrícula nº 2901-7, Chefe da Biblioteca, para exercer o encargo de GESTORA SUBSTITUTA.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.



PORTARIA Nº 3/3 , DE 19 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria n° 75/PGJ, de 19 de janeiro de 2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n° 423/PGJ (RIMPDFT), de 02/03/2016, e na Portaria Normativa/DG n°32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo n° 08191.005873/2016-96;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a servidora MARIA SIMONE MAGALHÃES COELHO, matrícula nº 2550-0, Chefe de Atendimento da PROFIDE, para exercer o encargo de GESTORA da NOTA DE EMPENHO nº 2016NE000189, e a servidora ARLENE CARVALHO DES SOUZA DA SILVA, matrícula nº 2347-7, para exercer o encargo de GESTORA SUBSTITUTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.



PORTARIA Nº 314 , DE 19 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria n° 75/PGJ, de 19 de janeiro de 2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n° 423/PGJ (RIMPDFT), de 02/03/2016, e na Portaria Normativa/DG n°32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo n° 08191.005872/2016-41;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a servidora MARIA SIMONE MAGALHÃES COELHO, matrícula nº 2550-0, Chefe de Atendimento da PROFIDE, para exercer o encargo de GESTORA da NOTA DE EMPENHO nº 2016NE000239, e a servidora ARLENE CARVALHO DES SOUZA DA SILVA, matrícula nº 2347-7, para exercer o encargo de GESTORA SUBSTITUTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 3 15, DE 19 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 14/01/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/PGJ n.º 1.160, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e tendo em vista o que consta no Processo Tabularium n.º 08191.031857/2016-59,

RESOLVE:

Conceder à servidora ILMA APARECIDA RAMOS ESTEVAM, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 751, conversão em pecúnia, mediante disponibilidade orçamentária, de 179 (cento e setenta e nove) dias de licença-prêmio não gozados, com fundamento no art. 5°, parágrafo único, inciso III, da Portaria/PGR n.º 707, de 12/11/2012, alterada pela Portaria/PGR n.º 10, de 8/5/2014.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO Ministério Público do Distrito Federal e Territórios SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 316 , DE 19 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.033178/2016-14 e 08191.034597/2016-73,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 1/5/2016, a servidora ALINE MEIRA MELLO, matrícula 4181-5, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe do Serviço de Mídias Digitais da Divisão de Publicidade da Secretaria de Comunicação, código FC-02 (50004019), dispensando, em consequência, a servidora OLÍVIA MARIA MENDES ARAÚJO VIEIRA, matrícula 4585-3.

Art. 2º Designar, a contar de 1/5/2016, a servidora OLÍVIA MARIA MENDES ARAÚJO VIEIRA, matrícula 4585-3, Analista do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Comunicação Social da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe da Secretaria Administrativa da Secretaria de Comunicação, código FC-02 (50004023), dispensando, em consequência, o servidor JORGE LUÍZ DE CASTRO VIEIRA JÚNIOR, matrícula 3974-8.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO Ministério Público do Distrito Federal e Territórios SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 317, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.035129/2016-16,

RESOLVE:

Designar o servidor **DANIEL ARAÚJO SANTOS**, matrícula 4710-4, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe do Serviço de Secretaria do Setor de Apoio e Controle dos Feitos Criminais da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Planaltina, código FC-02 (80001018).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO Ministério Público do Distrito Federal e Territórios SECRETARIA-GERAL

PORTARIA N° 31%, DE 1% DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.035563/2016-04,

RESOLVE:

Dispensar, a contar de 19/4/2016, o servidor **HANIBAL GAZOLA DE SOUZA**, matrícula 2951-3, Analista do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação/Suporte e Infraestrutura da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Assistente Jurídico I do Serviço de Análise Processual do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, código FC-02 (50080008).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Sumário

Capa	p. 1
Câmaras de Coordenação e Revisão	p. 2
Recomendação 01/2016	p. 2
Secretaria-Geral	p. 4
Aviso de Licitação 192016	p. 4
Aviso de Licitação 222016	p. 5
Portaria 312/2016	p. 6
Portaria 313/2016	p. 7
Portaria 314/2016	p. 8
Portaria 315/2016	p. 9
Portaria 316/2016	p. 10
Portaria 317/2016	p. 11
Portaria 318/2016	p. 12
Sumário	p. 13